

## PRESSUPOSTOS PARA O ESTUDO HISTÓRICO DA PRONÚNCIA BRASILEIRA

Ricardo Cavaliere  
(LLP/UFF)

Os que estudam as bases fonéticas e prosódicas do português do Brasil facilmente conseguem identificar os falares regionais em face de um padrão urbano que se vem disseminando pelas principais regiões metropolitanas do País, sobretudo devido à força universalizadora e homogeneizadora do rádio e da televisão. No entanto, ao confrontar essa modalidade genérica com as variantes regionais, via de regra atribui-se maior ênfase aos fatos fonêmicos, em detrimento dos fatos prosódicos, não obstante as distinções mais evidentes hoje pareçam estar justamente nesses últimos. Assim, reconhece-se o falar sulista pela marca das vogais átonas finais mediais, em contraponto com as correspondentes altas do linguajar padrão; no caso do falar nordestino, sempre se refere às consoantes oclusivas dentais perante /i/, em confronto com as variantes africadas que imperam na modalidade padrão. Pouco no entanto, se diz acerca das variantes prosódicas decorrentes de fatores supra-segmentais, como a quantidade vocálica e o acento, que em múltipla combinação, criam padrões mais marcantes do que os de ordem fonêmica. A mesma estratégia se repete na investigação sobre as origens da pronúncia brasileira: muita atenção aos fatos fonêmicos e bastante desconsideração de fatos prosódicos – sobretudo quando se compara o padrão brasileiro com o lusitano –, de tal sorte que o confronto parece circunscrever-se indevidamente a um mero inventário de alofones ou metaplasmos.

Esse é o caminho trilhado por velhos e novos estudos, decerto porque na exposição do sistema fonológico de uma língua se consegue mais facilmente descrever os padrões fonêmicos do que os prosódicos. Essa descrição restrita, por vezes, apresenta falsas aparências ao pesquisador: a despalatalização em *muyé*, a metátese em *drumi*, a apócope em *chegá* podem facilmente vincular a pronúncia popular brasileira a raízes arcaicas, sem que se verifique (e havemos de reconhecer a extrema dificuldade de fazê-lo) se as curvas melódicas pertinentes às várias modalidades do português brasileiro corroboram tal vinculação. Em seu conhecido e competente estudo sobre a língua do Brasil, Gladstone Chaves de Melo chega a tocar o problema da entonação do português ameri-

cano (MELO, 1975:121) para reforçar a tese de que temos deste lado do Atlântico um falar próximo do padrão entonacional dos quinhentos – pauta-se no conhecido testemunho de Fernão de Oliveira: “nós falamos com grande repouso, como homens assentados” –, mas suas preocupações sobre o tema não vai além de alguns parágrafos.

Uma questão preliminar, que deve ser necessariamente vencida no estudo histórico da pronúncia brasileira, diz respeito aos pressupostos metodológicos que balizarão o veio condutor da investigação. O especialista, na verdade, enfrenta de início duas questões relevantes no tratamento desse intrigante tema, infelizmente ainda pouco esclarecidas em nossa bibliografia especializada. A primeira diz respeito à dicotomia *permanência – novidade* no que tange às bases genéricas do falar brasileiro, no sentido de que ou se há de acatá-las como um legado do português quinhentista ou como uma criação autóctone, decorrente da ordem fonético-prosódica firmada pelo intenso contato lingüístico que se estabeleceu em solo americano a partir do Descobrimento. A segunda está na pseudo-unidade fonêmica com que se costuma tratar a pronúncia tanto do português brasileiro quanto do português lusitano, de tal sorte que concepções e generalizações são indevidamente atribuídas a toda uma gama de diversificado desempenho verbal na boca do falante nativo, seja d’aquém ou d’além mar.

A segunda questão, a meu juízo, decorre de uma percepção unificada do falar brasileiro que se presta perfeitamente para descrever traços fonéticos da chamada língua padrão oral atual, mas revela-se inidônea como parâmetro de investigação sobre as origens do português no Brasil. Ao tratar do tema em sua excelente *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Serafim da Silva Neto atesta que “a pronúncia brasileira, em geral, repousa sobre um sistema fonético muito antigo e de aspecto urbano (o que vale dizer, sem regionalismos)”, conclusão a que chega em face de uma distinção fundamental entre a pronúncia culta do Rio de Janeiro (carioca), que considera padrão, e as várias pronúncias regionais. Considera Serafim que a modalidade do Rio de Janeiro deve ser tomada como referência de um falar brasileiro generalizado por ser “a que mais se difunde por todo o País”, a par de ser “a mais rápida e conseqüentemente a mais incisiva de todas; ela é a de maior musicalidade; ela é a mais elegante e mais urbana das pronúncias brasileiras” (SILVA NETO, 1986:147).

É pautado, pois, numa concepção de pronúncia brasileira circunscrita ao falar carioca que Serafim entrevê a permanência no Brasil de um sistema fonético herdado ao padrão lusitano dos séculos XVI e XVII, de aspecto urbano (o que vale dizer, sem regionalismos). Pauta nosso filólogo suas conclusões no fato de a pronúncia carioca não apresentar “nem as antigas africadas, nem as

apicais, que muito provavelmente já não existiam ou estavam em franca desagregação nas principais cidades portuguesas nos séculos XVI e XVII” (SILVA NETO, 1986:147). Em outros termos, chega-se aqui a uma conclusão de ordem histórica – o português do Brasil tem pronúncia conservadora – com base em princípio sociolingüístico contemporâneo – a prevalência do falar carioca no cenário lingüístico nacional –, com evidente interferência de pendores normativos.

Creio, em outra linha metodológica, que uma retomada das origens do falar brasileiro deve necessariamente levar em conta a profícua diversidade que caracteriza o português falado atualmente neste lado do Atlântico, porque são esses falares distintos e geograficamente delimitados que podem apontar os rumos que o português trilhou na boca do homem americano desde o alvorecer século XVI até nossos dias. Por sinal, a aludida prevalência do falar carioca no conjunto das grandes capitais brasileiras, decerto inequívoca durante um largo período do século XX, hoje já não se pode atestar pacificamente, pois outras forças de influência, como a da modalidade de pronúncia paulistana, têm-se infiltrado com ênfase nos lares de todos os cantos do País tanto pelo rádio quanto pela televisão.

Por outro lado, a premissa da necessária vinculação entre a pronúncia carioca e as origens do português no Brasil impõe necessária desconsideração de fatos fonológicos típicos do português arcaico que estão ainda hoje presentes em grandes áreas do interior brasileiro, não obstante inexistam no falar carioca e nos grandes centros metropolitanos. Refiro-me aqui especificamente às africadas dentais, que decerto não podiam estar em tão flagrante desagregação no século XVI, como quer Serafim a Silva Neto, visto que até hoje também manifestam-se em regiões geolingüísticas lusitanas bem delineadas. Em aditamento, presumir que o padrão carioca é *lato sensu* o padrão brasileiro nos dá poucas chances de descobrir por que, por exemplo, as vogais médias pretônicas nordestinas seguiram curso distinto: são abertas em palavras como *corado* “córadu”, *metade* “métadi”, ou sofrem debordamento das altas em palavras como *semente* “simenti” etc. Semelhante postura, igualmente, inibirá a pesquisa sobre traços supra-segmentais relevantes, como a quantidade alongada das vogais tônicas em grande parte do Nordeste, sobretudo na Bahia.

Por seu turno, nesse enfrentamento da polêmica dicotomia *permanência* – *novidade*, as teses que vêm no português brasileiro uma modalidade de pronúncia inovadora, criada em solo americano e, portanto, distinta dos padrões arcaicos, pautam-se em relevantes evidências de ordem etnolingüística. Não se pode esquecer, na análise da questão, que o português que chegava ao continente americano com as levas de novos colonos não eram harmônico e uno, senão diversificado, com fortes marcas regionais, visto que chegava gente de

lugares com expressiva distinção prosódica como Lisboa, Porto, Ilha da Madeira, Açores, Minho e Alentejo (cf. TAQUES, 1953), não obstante os testemunhos encaminhem as conclusões para certa prevalência do falar açoriano em vários e distantes pontos do território brasileiro, como Maranhão, Rio de Janeiro e Santa Catarina, ao longo do século XVII e XVIII (cf. SILVA NETO, 1986:44).

Assim sendo, considero que se devem levar em conta alguns pressupostos essenciais para a correta investigação da História do português do Brasil, no intuito de estabelecer as origens de nosso diversificado painel fonético-prosódico. São eles: a) descrição acurada do panorama etnolingüístico brasileiro nos dois primeiros séculos da colonização; b) estudo específico dos graus de contato lingüístico nas diferentes regiões brasileiras ao longo da colonização, de tal sorte que se verifique que línguas entraram em contato nas diferentes zonas de povoamento, bem como o tempo e a intensidade desse contato; c) estudo aprofundado do contato lingüístico regional que se estabeleceu no Brasil em face dos fluxos imigratórios europeus e asiáticos a partir da Independência.

A descrição do panorama etnolingüístico brasileiro nos dois primeiros séculos da colonização revela-se essencial em face dos evidentes reflexos que uma situação social de multilingüismo provoca nas estruturas da língua predominante, que se acredita hoje tenha sido a denominada língua geral. Ademais, poderá esse estudo esclarecer como se constituíam as classes sociais brasileiras nos primeiros decênios da colonização e em que medida o português era falado pelos membros dessas classes no dia-a-dia da comunicação verbal. Por fim, o estudo étnico-histórico auxiliará na construção de mapas de interação lingüística levando em conta fatores da dinâmica social, como, por exemplo, a influência dos invasores europeus em regiões delimitadas do Norte brasileiro.

Destaque-se a respeito a referência insistente com que o Padre Antônio Vieira se refere à “língua do Maranhão” em alguns dos seus textos. Pode-se admitir que seja uma alusão ao fato de, ainda no final do século XVII, a língua geral manter-se mais forte nessa região do país do que nas outras, onde imperavam as línguas africanas e mesmo crioulos de base portuguesa ou onde português vinha paulatinamente ganhando preferência na boca do falante nativo. Fato é que não havia um contato lingüístico homogêneo em todo o território conquistado, o que parece manter-se pelo menos até o fim do século XVII, tendo em vista um panorama etnográfico igualmente vário.

O segundo pressuposto, que trata da investigação dos graus de contato lingüístico nas diferentes regiões brasileiras ao longo da colonização, parte da tese de que, até a definitiva unificação política implementada pela Corte portuguesa a partir dos últimos decênios do século XVIII, o Brasil era um “arquipélago” constituído de “ilhas históricas”: Maranhão e Pará (Grão-Pará), Pernam-

buco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (cf. FREYRE, 1943 e BENNASSAR, 1993). As denominadas capitanias hereditárias comunicavam-se precariamente, via de regra por mar, fato que constituiu sério entrave à unificação lingüística (e política) do território até a Restauração.

Do ponto de vista lingüístico, isto significa dizer que, por pelo menos dois séculos e meio, as três bases lingüísticas que estão na sua gênese – a língua geral (em sua diversificada feição), as línguas africanas e o português –, não só apresentavam profundas variantes fonológicas e gramaticais diatópicas como também mantiveram contato diversificado entre si em cada uma dessas “ilhas”. Acrescentem-se ao quadro outros fatores relevantes no que tange ao contato lingüístico, como a maior presença de línguas travadas no Maranhão e a natural presença de crioulos de base portuguesa na faixa litorânea, onde o fluxo de escravos africanos falantes desses dialetos dirigia-se para a lavoura no campo.

Um fator que se deve ressaltar diz respeito ao fato de que ao me referir à tríade língua geral, línguas africanas e português, tomo por bases microcosmos lingüísticos altamente complexos, que obviamente hão de ser objeto de estudo aprofundado, visto que cada um deles tem feição polimorfa. Já aqui me referi, no que tange ao português, a respeito da coíné de falares lusitanos que chegaram ao Brasil progressivamente no processo de colonização, fato que por si contribui para um diversificado percurso na língua de Camões no Brasil. No que tange à língua geral, como se sabe, esta é uma designação que cobre de modo abrangente uma variedade imensa de línguas indígenas faladas nas regiões costeiras, que se distinguem por assim dizer das línguas travadas, adstritas aos aldeamentos do interior. De toda sorte, o termo língua geral não traduz a unicidade que faz supor, conforme comprovam vários documentos históricos em que se faz referência à língua do Maranhão em contraste com a do Rio de Janeiro e de São Paulo. Já as línguas africanas incluem sob tal denominação igual variedade de línguas trazidas pelos escravos de várias partes da África, a par de crioulos de base portuguesa trazidos por tantos outros. Registra-se, assim, a presença do Iorubá na Bahia e em Pernambuco, bem como do Bantu em outras áreas do território colonial, a par de crioulos como a língua da costa no Nordeste e da língua da mina em Minas Gerais (cf. CASTRO, 1980)

Por sinal, a respeito das línguas africanas, há de levar-se em conta o fato de que ao chegar ao Brasil, parte dos escravos situava-se em ambiente urbano, em intenso contato com falantes do português ou bilíngues de português e língua geral; outra parte, entretanto, seguia *incontinenti* para áreas isoladas, via de regra sem qualquer contato lingüístico com pessoas falantes de outras línguas, senão capatazes que via de regra com eles se comunicavam em crioulo (cf. CASTRO, 1980). Esses negros, ditos boçais, distinguiram-se nitidamente dos chamados negros ladinos (falantes do português, ainda que estropiado) na

manutenção de uma identidade étnica que germinou com indelével presença na construção da cultura brasileira, pois a eles se devem os primeiros esforços de transplante e preservação da cultura africana no Brasil.

Os documentos de que dispomos atestam intensa presença da língua geral em todo o território brasileiro até final dos setecentos, mas com diferentes níveis de proeminência em face de outras línguas. O movimento de colonização não atingiu uniformemente o extensíssimo território conquistado, de tal sorte que, nos primeiros grandes centros urbanos desfrutou-se maior tempo de contato entre o português, as línguas africanas e a língua geral. No *Hinterland* brasileiro, decerto, criou-se um cenário de predominância da língua geral por tempo bem superior ao do litoral, fato que traz reflexos bastante relevantes no que tange à posterior “lusitanização” dessas regiões e à conseqüente distinção entre a pronúncia do português já assentado em bocas binlíngues litorâneas e a desse português que agora vem habitando as bocas de falantes do interior.

O primeiro quadro de recenseamento de que se tem notícia no Brasil, elaborado por José de Anchieta, informa que em 1583 a Bahia tinha 12.000 brancos, 8.000 negros e de 2.000 a 4.000 índios (apud SILVA NETO, 1986:72). Já em São Vicente, haveria 1.500 brancos e 1.000 índios. Essa informação, obviamente pouco confiável – basta dizer que no quadro de Anchieta não há referência a índios e negros em Porto Seguro e Ilhéus –, ao menos serve para atestar a imensa discrepância demográfica nas várias regiões brasileiras ao fim do século XVI. Um outro recenseamento, elaborado pelo Abade Raynal, em 1870, afirma que o Maranhão continha 8.993 brancos, 17.044 negros ou mulatos livres e escravos e 38.937 índios esparsos ou reunidos em dez aldeias. Em Pernambuco, haveria 19.605 brancos, 39.132 negros ou mulatos e 33.728 índios; sobre Salvador, informa haver 39.724 brancos, 49.693 índios, 68.024 negros. Em Goiás os números caem vertiginosamente: 8.931 brancos, 29.622 índios e 34.104 negros (RAYNAL, 1998)

Estas informações recenseadas servem ao menos para atestar a tese de que as chamadas “ilhas lingüísticas” prepararam ao longo de quase três séculos ambientes distintos para a recepção do português como língua oficial a partir do século XIX. Os números apresentados pelo Abade Raynal para a região de Goiás, por exemplo, apontam a provável predominância de uma língua decorrente do contato entre a língua geral e as línguas africanas; já a região da Bahia aponta um contato do português com a língua geral e as línguas africanas que se vem consolidando há bastante tempo (admitindo-se que a maioria dos brancos falassem o português ao menos como segunda língua).

Aí está a chave da questão. Herdeiras de um processo de colonização heterogêneo, as ilhas distanciam-se lingüística e culturalmente ao longo do tempo, criando uma feição própria que viria mais tarde a atuar à feição de substratos

no português oficial, conferindo a esta língua, sobretudo no léxico e na fonologia, o caráter diversificado que hoje apresenta. Nesse sentido, descarta-se a possibilidade de uma pronúncia brasileira unificada, que hoje só se pode em parte admitir em norma escolarizada como fruto da uniformização conseguida pela escola a partir da metade século IX. Semelhantemente, aumentam as dúvidas de que nossa pronúncia seja legatária das fontes arcaicas, conforme se admite na hipótese da “permanência” do falar lusitano em solo americano, como também revelam-se pouco defensáveis teses como a defendida por Mário Marroquim, que percebe na boca dos nativos de Alagoas e Pernambuco um português influenciado pela pronúncia minhota do século XVI (cf. MARROQUIM, 1945).

A teoria das ilhas, por outro lado, confere sentido à existência no Brasil de pequenos núcleos lingüísticos absolutamente atípicos, no sentido de apresentarem características fonológicas e gramaticais fortemente idiossincráticas. Refiro-me aqui a pelo menos dois desses núcleos: o denominado português caipira, descrito por Amadeu Amaral em seu conhecido trabalho sobre o falar predominante – denomina-o Amaral “dialeto caipira” – no interior paulista (AMARAL, 1982), e o falar de Helvécia, um hipotético crioulo de base portuguesa descoberto em 1961 e descrito por Carlota da Silva Ferreira em trabalho publicado na década de 80 do século passado (FERREIRA, 1985)<sup>1</sup>.

Não nos convém ingressar aqui na discussão detalhada sobre esses fatos da língua falada no Brasil, dados os limites naturais deste ensaio, mas cumpre fazer referência a tais núcleos no sentido de provar que a diversidade do português brasileiro popular deve residir nas ilhas que aos poucos se isolaram linguisticamente desde os primeiros anos da colonização. A rigor, o que se percebe tanto no falar caipira quanto no falar de Helvécia são legados de línguas distintas em contato nos primórdios da conquista da terra, de que resultaram padrões lingüísticos igualmente distintos que vieram a servir de substrato para o português a partir da reconquista política do território com o traslado da Corte para a América.

No caso do falar caipira, Amaral assevera que até o final do século XIX tratava-se de uma modalidade do português vigente na antiga província de São Paulo, onde habitava a boca da “grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta” (AMARAL, 1982:41) e que já em 1920, quando elaborou sua obra, restringia-se a à região interiorana, sobretudo no vale do rio Paraíba. A tese da diversidade interna que caracteriza a pronúncia o português popular no Brasil, por sinal, não escapou à arguta percepção de Amaral que assim se manifestou a respeito:

---

<sup>1</sup> Outros núcleos ainda se mantêm no País, como a aldeia do Cafundó, na zona rural de Salto de Pirapora, região de Sorocaba, onde se pode ouvir o cupópia (cf. ANDRADE FILHO, 2000)



O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de S. Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se podem distinguir sem grande esforço zonas de diferentes matizes dialetais – o Litoral, o chamado “Norte”, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro” (AMARAL, 1982:43).

No caso do falar caipira, assevera Gladstone Chaves de Melo que suas origens estão num crioulo decorrente do contato da língua geral (tupi, nas palavras do autor) com o quimbundo no planalto central paulistano, o qual posteriormente veio a ser “lusitanizado” (MELO, 1975:77). Considerando que muitas das características, sobretudo prosódicas, do falar caipira também se manifestam em áreas do Nordeste, Melo defende a hipótese de que o fluxo migratório tenha levado os padrões paulistas para essas regiões distantes através do rio São Francisco. Segundo Melo, “só isto pode explicar, a meu ver, a notável unidade relativa da nossa linguagem popular do interior” (MELO, 1975:77).

Não obstante a plausibilidade dessa tese, deve-se notar, entretanto, que a unidade de nossa pronúncia interiorana hoje não é tão expressiva assim. Vale observar que, caso a tese da disseminação do falar caipira fosse prevalente, haveríamos de encontrar em regiões interioranas nordestinas marcas fortíssimas desse falar, como são o *r* retroflexo, o rotacismo em travamento de sílaba e as africadas dentais, isso sem falar do padrão entonacional absolutamente distinto. Não obstante, há de admitir-se que vários dos padrões fonéticos do falar caipira descritos por Amadeu Amaral são por assim dizer padrões gerais do interior, no Sudeste, no Centro-Oeste, no Norte e o Nordeste, como, por exemplo, a harmonização vocálica (*tesoura* “tisora”), a apócope do *r* (*costrar*, “cobrá”), a monotongação genérica de *ou* (*lavoura*, “lavora”) etc. A gênese de tais fenômenos entretanto, não se pode atribuir ao falar caipira, pois muitos deles já se verificam na deriva do português desde o início da fase arcaica. Portanto, tais fatos fonéticos não podem ser caracterizados sequer como brasileirismos.

Por outro lado, admitir que a modalidade caipira tenha sido “exportada” para o Norte pelo fluxo migratório vai de encontro à onda de movimentos populacionais que caracterizou o país já a partir do início do século XVIII em direção contrária. Por fim, cumpre levar em conta que o quadro de contato étnico em São Paulo (não será mera coincidência) é o único em que o elemento negro está em franca minoria: segundo do Abade Reynol, no final do século XVIII São Paulo tinha 11.093 brancos, 32.126 índios e 8.087 negros ou mulatos (RAYNOL, 1998)

Já a língua falada na Vila de Helvécia, situada no Município de Mucuri, sul da Bahia, constitui prova inequívoca dos núcleos linguísticos isolados que constituíram o cenário linguístico brasileiro até a paulatina imposição política do português no século XIX. No caso do falar de Helvécia, fatores de ordem



sócio-cultural atuaram no sentido de preservá-lo por mais tempo, pelo menos até os últimos anos do século passado.

A tese mais difundida sobre as estruturas fonéticas e gramaticais da língua falada em Helvécia assegura nelas haver um processo de criouliização, escudadas em evidências como: a) neutralização da 1.<sup>a</sup> pessoa do singular com a 3.<sup>a</sup> pessoa do singular, com proveito dessa: “io foi” ou “io teve” (cf. Ferreira, 1994:30); b) hesitação na concordância de gênero: “cabelo grossa; éla é muito saído” (Ferreira, 1994:29). A tese, por sinal, encontra amparo em alguns estudos conhecidos que estendem a hipótese de o português popular brasileiro ser *lato sensu* resultante de um processo de criouliização (cf. Guy, 1989 e Baxter, 1998).

Não há dúvida de que tais traços gramaticais são típicos de línguas crioulas, mas isso não autoriza a conclusão de que a sua presença constitui prova inequívoca de um processo de criouliização. A neutralização entre 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas no presente do indicativo, que efetivamente não é um traço corrente no português brasileiro, manifesta-se em outros núcleos lingüísticos no país em que haveria herança do contato do tupi com o português (cf. Ferreira Neto, 1996). Outros estudos rebatem firmemente a hipótese de criouliização no português do Brasil, sob o consistente argumento de que os elementos gramaticais que levam a essa conclusão podem ser resultantes de um natural processo de mudança lingüística no português (Cf. SCHERRE & NARO, 2000).

A discussão, creio, polariza-se em face dessa visão homogeneizadora das origens do português brasileiro, que atribui os mesmos fundamentos (sejam pró ou contra a tese da criouliização) a todas as distintas regiões lingüísticas que se criaram no Brasil a partir dos primeiros movimentos colonizadores. Não se pode, no atual estado da investigação, descartar nenhuma hipótese plausível, exatamente em face das múltiplas faces do contato etno-lingüístico-cultural sobretudo nos seiscentos e setecentos. São micro-células sociais constituídas de bancos, negros, índios e mestiços (casos dos primeiros grandes conglomerados urbanos), a par de outras constituídas apenas de negros e índios (como se tem notícia nas áreas afastadas dos quilombos), além de outras em que prevalecia a relação branco-índia (como no “corredor” das minas que vai do litoral de São Vicente até o planalto central). Verdade é que, quase meio século depois, ainda precisamos concordar com as palavras de Clóvis Monteiro, as quais advertia que “do século XVI aos princípios do século XIX, isto é, enquanto se manteve o domínio político e literário de Portugal sobre o Brasil, nada encontramos, em textos nossos ou de autores portugueses, que nos permita entrever, fora do campo das hipóteses, o trato recebido no uso vulgar brasileiro pela língua dos conquistadores.” (MONTEIRO, 1959: 11)

O terceiro pressuposto para estabelecimento das origens da pronúncia brasileira tal como se apresenta hoje implica necessária avaliação do contato

que o português mantém com línguas estrangeiras modernas em face dos grandes fluxos migratórios europeus e asiáticos a partir da segunda metade do século XIX. Essa é uma face do problema que via de regra fica à ilharga dos interesses, certamente porque diz respeito a fatos mais recentes e, portanto, irrelevantes para a construção da proto-história lingüística do Brasil.

No entanto, do ponto de vista fonológico, esses contatos provocam sensível conseqüência na pronúncia regional, agora com mais ênfase no Sudeste e no Sul do País, para onde a força de imigração direcionou-se em maior volume. Por sinal, conforme observa Ilana Blaj, nas últimas décadas, observa-se todo um movimento de regionalização dos estudos coloniais, buscando-se, não mais partir das grandes sínteses e generalizações, mas, através do apontamento das particularidades locais e regionais, refletir sobre o que seria a colônia brasileira. Esta deve ser a perspectiva por que a pesquisa histórica sobre a língua deve fluir mesmo após a Independência, visto que assim se poderão definir com mais acuidade as influências lingüísticas que construíram as atuais diversidades diatópicas do português falado.

Tome-se por exemplo a presença do italiano na capital de São Paulo. Não se podem denegar as evidências de que a participação dos *oriundi* na construção econômica da grande capital brasileira trouxe sensíveis marcas lexicais e fonológicas<sup>2</sup>, ainda hoje marcantes em redutos como o Bixiga paulistano. Tome-se o testemunho literário de Alcântara Machado em obras como *Brás*, *Bexiga e Barra Funda*. É plausível – embora não inteiramente comprovada – a tese de que a consoante africada /tʃ/ não obteve êxito como alofone do /t/ em São Paulo em face de ambas constituírem fonemas distintos em italiano. A forte marca do ditongo [ẽy] em face de /ẽ/ em palavras como *vendo*, *recomendo*, etc., um fato fonético típico da capital paulista, mas que não atinge a todos os naturais da terra, também tem sido atribuída à dificuldade que os *oriundi* tinham de pronunciar a vogal nasal, inexistente em sua língua nativa.

Não obstante a falta de estudos que dêem amparo mais seguro a tais influências, não se podem desconsiderar as evidências que a história recente de São Paulo nos oferece. Conhecidíssimas são as “tiradas” de Juó Bananére, pseudônimo do jornalista Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, que no início do século passado escrevia crônicas num português estropiado pela influência italiana, em “paulistaliano”, segundo Monteiro Lobato ou em “português macarrônico”, segundo Otto Maria Carpeaux. Em um de texto de apresentação do rudimentar *Diário do Abax’o Piques*, assim se expressa: “Diário semanale di grande impurtanza, pruprietá di una sucietá anônima cumpretamenti disconhida. Órgano ingapotado do fascimo intaliano i du ‘Oglio di Mosco in Zan Paolo”.

<sup>2</sup> Sobre italianismos no português do Brasil, leia-se recente e interessante tese defendida na UFRJ (OLIVEIRA, 2003)

Os números da imigração italiana reforçam a hipótese dessa participação relevante da língua de Dante na pronúncia de São Paulo. Um recente estudo sobre a presença italiana em solo brasileiro revela que, enquanto no ano de 1829 havia 180 italianos no conjunto dos estados brasileiros e 304 apenas em São Paulo, em 1889 esses números já haviam subido para 106.835 e 487.253, respectivamente (cf. RODRIGUES & FRANCESCO, 2001).

Em importante depoimento, este sobre a imigração alemã no Sul do Brasil, Telmo Lauro Müller, especialista sobre as origens germânicas do sul brasileiro, atesta que, embora as tradições alemãs tenham sofrido muito ao longo do século XX, sobretudo em face da conjuntura política pós-45, o contato entre o português e o alemão, que havia marcado os fluxos de colonização em Santa Catarina, Paraná na virada do século XIX, hoje volta a manifestar-se, não obstante sem a antiga ênfase:

Somente depois [da II Grande Guerra] é que a vida nas regiões de colonização alemã tornou a voltar ao ritmo normal. Calcula-se que um quinto dos gaúchos falem alemão, uns falam bem, outros só um pouco. Há quem fale também o dialeto do Hunsrück, que eu aprendi na minha família, mas isso infelizmente está se perdendo, tanto o alemão como o dialeto. (MÜLLER, 2004)

Em síntese, considerando as dificuldades que o tema oferece e o árduo trabalho que os pesquisadores ainda têm pela frente, julgo que o estabelecimento dos pressupostos aqui apresentados, numa etapa preliminar de acomodação do disperso conhecimento já reunido sobre as origens do português brasileiro, sirva para dar rumo mais organizado e seguro ao estudo. Obviamente, a validade desses pressupostos está condicionada à crença de que as variantes diatópicas do falado no Brasil não advêm de uma única fonte lingüística e de que só se chegará a uma descrição fidedigna dos fatos caso se acolha a hipótese de que, por pelo menos dois séculos e meio, o Brasil era um arquipélago etno-lingüístico-cultural com variada manifestação de línguas em contato.

### **Livros citados:**

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, INL, 1981.
- ANDRADE FILHO, Sílvio Vieira. *Um Estudo Sociolingüístico das Comunidades Negras do Cafundó, do Antigo Caxambu e de seus Arredores*. Sorocaba: Secretaria da Educação e Cultura de Sorocaba, 2000.
- BAXTER, Alan N. Morfossintaxe. In: PERL, Mattias e SCHWEGLER, Armim. *América negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas (Language and Society in the Hispanic World)*. Iberoamericana, 1998.

- BENNASSAR, Bartolomé. La America española y la America portuguesa (siglos XVI-XVIII). Madrid: Akal Ediciones, 1993.
- BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. *Revista Brasileira de História*. v.18, n.36, 1998, p.281.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Os falares africanos na interação social do Brasil colônia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1980.
- FERREIRA NETTO, W. (1996). A concordância verbal em alguns textos escritos por Waiãpi. *Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*. Salvador: Abralín/Finepe/UFBA, 1966, p. 216.
- FERREIRA, Carlota da Silveira. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. *Diversidade do português do Brasil. Estudos da dialetologia rural e outros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
- FREYRE, Gilberto. *Continente e ilha*. Rio de Janeiro: CEB, 1943.
- GUY, Gregory R. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989.
- HART JR., Thomas R. The overseas dialects as sources for the history of portuguese pronunciation. *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa: 1957, p. 261.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. São Paulo: Martins, 1953.
- MARROQUIM, Mario. *A lingua do Nordeste (Alagôas e Pernambuco)*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- MONTEIRO, Clovis. *Fundamentos clássicos do português no Brasil*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, Coleção Silva Ramos n. 1, 1959.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *Como os alemães lançaram raízes no Brasil*. [www.deutsch-welle.de/brazil](http://www.deutsch-welle.de/brazil), 13.4.2004.
- OLIVEIRA, Lilian Manes de. *Non ti scordar di me: presença de italianismos no português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutorado, 2003.
- RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Editora da UNB, 1998.
- RODRIGUES, Ondina Antonio; FRANCESCO, Nelson di. *Imigração italiana no Estado de São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Memorial do Imigrante, Museu da Imigração, 2001.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. & NARO, Anthony J. *Garimpando as origens estruturais do português brasileiro*. Congresso internacional – 500 anos de Língua Portuguesa no Brasil. Évora: Universidade de Évora, maio de 2000, mimeo.